

**A. I. N°** - 007267.0350/02-5  
**AUTUADO** - JFG INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (LUEDY COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA.)  
**AUTUANTE** - FRANCISCO ALBERTO MORAES NETO  
**ORIGEM** - INFAZ TEIXEIRA DE FREITAS  
**INTETNET** - 28.04.03

#### **1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

##### **ACÓRDÃO JJF N° 0128-01/03**

**EMENTA:** ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. NOTAS FISCAIS. ESTABELECIMENTO COM INSCRIÇÃO CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO POR ANTECIPAÇÃO. Estabelecimento comprova ter solicitado reativação da sua inscrição antes da ação fiscal. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 24/11/02, exige imposto no valor de R\$1.748,91, referente as mercadorias constantes das Notas Fiscais n°s 017719 e 017720. destinadas a contribuinte com inscrição cancelada no cadastro Estadual, conforme Termo de Apreensão n° 07267.0364/02-6,

O autuado, à fl. 13, apresentou defesa alegando que foi dada entrada no pedido de reinclusão de sua inscrição, através do processo protocolizado sob n° 215162/2002-9, desde 24/10/2002 e que a mercadoria foi apreendida em 24/11/02.

Solicitou a improcedência da autuação, considerando que a reinclusão não foi liberada por responsabilidade exclusiva da repartição fiscal, já que toda documentação está em dia e a empresa não tinha pendência com o Estado.

A auditora fiscal que prestou a informação, à fl. 18, esclareceu que pesquisando no Sistema de Informações da SEFAZ, constatou que a inscrição do autuado foi cancelada desde 30/10/96, tendo este protocolado pedido de alteração de razão social, atividade econômica e reinclusão da inscrição estadual, somente em 24/10/02, através do processo n° 215162/2002-9, cujo deferimento só veio a se efetivar em 25/11/02.

Ressaltou que para a regularização da situação cadastral não basta o requerimento de reinclusão, só com o deferimento do pedido, após análise dos documentos e verificação da situação fática da empresa é que se restaura a autorização para comercialização que foi suspensa por ocasião do cancelamento da inscrição.

Manteve a autuação.

#### **VOTO**

Da análise das peças que compõem o presente processo, verifica-se dos autos que foi exigido imposto por constar no Sistema da SEFAZ que o autuado encontrava-se com sua inscrição cadastral cancelada no Cadastro de Contribuintes, desde 30/10/96.

Ao apresentar sua impugnação, o sujeito passivo, argumentou que deu entrada no pedido de reinclusão de sua inscrição, mediante protocolização n° 215162/2002-9, em 24/10/2002.

Na informação prestada por outro Auditor, este confirmou o alegado pelo autuado de que consta do Sistema de Informações da SEFAZ, pedido de alteração de razão social, atividade econômica e

reinclusão da inscrição estadual, efetivado pelo contribuinte em 24/10/02, através do processo nº 215162/2002-9, cujo deferimento veio a se efetivar em 25/11/02.

Todo o questionamento nos autos se baseia no fato de o contribuinte se encontrar com sua inscrição cancelada na data da apreensão da mercadoria que ocorreu no dia 24/11/02. Assim, analisando todas as informações trazidas ao processo, entendo que apesar de não ter sido formalmente ativada a inscrição do contribuinte na data da circulação das mercadorias apreendidas, o sujeito passivo tomou todas as providências para a sua regularização em data anterior, ou seja, em 24/10/02, o que significa dizer, 30 (trinta) dias antes da efetivação de compras de mercadorias junto a terceiros.

Para maior fortalecimento quanto ao meu posicionamento, baseio-me, principalmente, nos esclarecimentos do Auditor, que prestou a informação fiscal, ao afirmar de que no dia seguinte ao da autuação, ou seja, no dia 25/11/02, o pedido de reinclusão da inscrição no cadastro, juntamente com o pedido de alteração de razão social e atividade econômica, foi deferido pela Repartição Fazendária, fato, que por si só, evidencia injustificável a condição de contribuinte com inscrição cancelada, a partir do seu pedido de reinclusão no CAD-ICMS.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **007267.0350/02-5**, lavrado contra **JFG INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (LUEDY COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA)**.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de abril de 2003.

CLARICE ANÍZIA MAXIMO MOREIRA – PRESIDENTE-RELATORA

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA